



PROCESSO N.º 1081/05

PROTOCOLO N.º 8.670.973-2/05

PARECER N.º 668/06

APROVADO EM 20/12/06

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA  
ROCHA NETO – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO  
FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e  
Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.

RELATORA: DARCI PERUGINE GILIOLI

## I - RELATÓRIO

1. A Secretaria de Estado da Educação encaminha, pelo ofício n.º 3825/05-GS/SEED, com incluso Parecer n.º 1692/05, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento – CEF/SEED, o protocolo em referência, pelo qual a direção da Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Marechal Cândido Rondon, mantida pela Prefeitura Municipal, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006.

O processo foi convertido em diligência por não constar, no plano da documentação, o Laudo do Corpo de Bombeiros. O processo retornou em 24/11/06, por meio do ofício n.º 3499/06-GS/SEED, com atestado assinado por um engenheiro civil.

### 2 - Dados Gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental  
- Fase I.

- Regime de funcionamento: períodos vespertino e noturno,  
conforme a demanda existente.

- Regime de matrícula: única e válida para todas as áreas do  
conhecimento.

- Carga horária: 1.200 (mil e duzentas) horas.

- Modalidade de oferta: presencial.



PROCESSO N.º 1081/05

- Frequência mínima de 75% da carga horária total prevista na matriz curricular.

### 3 - Organização Curricular

Os conteúdos escolares estão organizados por área do conhecimento, conforme consta na Matriz Curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normatizações do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

#### Matriz Curricular

|   |                   |                   |                           |                   |                    |
|---|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|--------------------|
| <b>Matriz Curricular Do Curso Para Educação De Jovens E Adultos Ensino Fundamental – Fase I</b> |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Estabelecimento:</b><br>Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto                          |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Entidade Mantenedora:</b> Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon                    |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Localidade:</b> Marechal Cândido Rondon  |                   |                   | <b>NRE:</b> Toledo        |                   |                    |
| <b>Ano de Implantação:</b> 2006   |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Forma:</b> Simultânea  |                   |                   | <b>Módulo:</b> 20 Semanas |                   |                    |
| <b>Carga horária total do curso:</b> 1.200 horas  |                   |                   |                           |                   |                    |
|   | <b>1º Ciclo</b>   |                   | <b>2º Ciclo</b>           |                   |                    |
| <b>Áreas do Conhecimento</b>  | <b>1ª Período</b> | <b>2ª Período</b> | <b>1º Período</b>         | <b>2º Período</b> | <b>Total horas</b> |
| <b>Língua Portuguesa</b>  | 16 horas          | 16 horas          | 14 horas                  | 14 horas          | 1.200              |
| <b>Matemática</b>   |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Estudos da Sociedade e da Natureza</b>   |                   |                   |                           |                   |                    |
| <b>Total Geral</b>  | 320               | 320               | 280                       | 280               | 1.200              |
| Total geral em horas: 1.200 Horas/relógio   |                   |                   |                           |                   |                    |



PROCESSO N.º 1081/05

#### 4 - Processo de Avaliação

O processo de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls. 83 a 85).

5 - O Plano de Avaliação Institucional está disposto no processo às folhas 142 e 143.

6 - O Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente está descrito às folhas 140 e 141 do processo.

#### 7 - Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do ANEXO I deste Parecer.

#### 8 - Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos às folhas 08, 26, 155 e 156 do referido processo.

Às folhas 104 e 105 é dada uma informação quanto ao laboratório, onde a escola, ao expor sua compreensão quanto ao seu uso para as aulas de Ciências, atesta que não é necessário possuir o espaço físico, utilizando-se deliberadamente de partes do Parecer n.º 95/99, exarado por este Conselho Estadual de Educação, como justificativa à sua intenção.

Ao utilizá-lo, a escola cita parte do Parecer em complemento à sua justificativa como segue:

“Assim, seguindo o entendimento do Conselho Estadual de Educação, expresso no Parecer n.º 095/99 ‘ ... indubitavelmente, um conceito novo para o espaço denominado laboratório acompanha uma educação científica nova, espaço que passará a incluir também o pátio da escola, a beira do mar, o bosque ou a praça pública...’ explicitam a não obrigatoriedade de espaço específico e materiais pré-determinados, a concretização de experimentos nos estabelecimentos de ensino, reforçando o princípio pedagógico da contextualização que se quer implementar nesta escola.”

No entanto, cabe informar que o referido Parecer, ao tratar sobre Laboratório, afirma tacitamente a sua necessidade e jamais seu descarte, como observamos nas transcrições.



PROCESSO N.º 1081/05

Às folhas 4 e 5 do Parecer n.º 95/99-CEE é exposto o que segue:

“... é também pacífico que nem a polêmica em torno do assunto e, muito menos, uma interpretação equivocada, certamente da nova LDB permitem o mero descarte dos laboratórios.

(...)

laboratório de Ciências para o reconhecimento de um estabelecimento insere-se no rol do ‘mínimo’ necessário (grifo nosso) para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, ao lado da biblioteca e bibliografia, docentes habilitados, espaços de lazer...

(...)

não pode ser um simples espaço de realidades ‘virtuais’ (grifo nosso): livros poderiam ser buscados na Internet, aulas práticas podem ser feitas em contato com a Natureza, e assim por diante.

O rigor na apuração da existência de condições materiais e de recursos humanos qualificados ‘mínimos’ deve valer tanto para os estabelecimentos privados quanto públicos. Como pode o Poder Público zelar, como é seu dever constitucional, pela qualidade do ensino, se a começar das escolas que cria e autoriza as exigências vão sendo amortecidas, minimizadas e desqualificadas em nome de uma pseudo-criatividade?

(...)

Recomenda-se, portanto, que a SEED estabeleça uma ampla discussão, não no sentido de desqualificar as exigências materiais para o reconhecimento de um estabelecimento, mas antes no sentido de como dotar todos os estabelecimentos de estruturas condignas, professores qualificados e recursos adequados para o seu custeio. Indubitavelmente, um conceito novo para o espaço denominado ‘laboratório’ acompanha uma educação científica nova, espaço que passará a incluir também o pátio da escola, a beira do mar, o bosque ou a praça pública (cf. LUZ, Gastão F. da, Proposta de Construção de Laboratórios de Uso Comum aos Ensinos de 1º e 2º Graus). Mas não significará, jamais sua ‘dispensabilidade’ pura e simples. (grifo nosso)”

A vista do exposto, fica evidente que o referido Parecer deste Conselho Estadual de Educação, jamais afirmou ou indicou, mesmo que implicitamente, a não necessidade do laboratório de Ciências no ensino fundamental ou médio. Pelo contrário, afirma sua necessidade e sugere também, outros espaços para complementar as possibilidades de experimentação realizada pelos alunos.

Depreende-se que a escola, ao se utilizar de parte do Parecer, não fez jus ao exposto sobre a necessidade do laboratório de Ciências nas escolas.

## 9 - Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 223/05 (cf. fl. 152), do NRE de Toledo, constatando “*in loco*” a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 158).



PROCESSO N.º 1081/05

## II - VOTO DA RELATORA

Considerando o exposto e o Parecer n.º 1692/05-CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, presencial, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006, com matrícula única e válida para todas as áreas do conhecimento e com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas, na Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Marechal Cândido Rondon, mantida pela Prefeitura Municipal.

A autorização do curso, em caráter excepcional, terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme art. 34 da Deliberação n.º 04/99-CEE, desde que, após 2 (dois) anos da autorização, tenha avaliação favorável da SEED.

Alerta-se que foi alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 1, de 31 de janeiro de 2006, a nomenclatura da disciplina do Ensino Fundamental, de Educação Artística para Artes. Deve, portanto, a instituição de ensino fazer a devida adequação.

A Deliberação n.º 04/06-CEE institui Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Deve, portanto, o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, ao longo do período letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Deliberação n.º 07/06-CEE também institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da educação básica.

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.



**ESTADO DO PARANÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.º 1081/05

**CONCLUSÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.  
Curitiba, 18 de dezembro de 2006.

**DECISÃO DO PLENÁRIO**

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Pe. José de Anchieta, em 20 de dezembro de 2006.



PROCESSO N.º 1081/05

### **ANEXO I**

**Estabelecimento:** Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto –  
Educação Infantil e Ensino Fundamental

**Município:** Marechal Cândido Rondon

**Curso:** Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I

### **RELAÇÃO DE DOCENTES**

| <b>DOCENTE</b>                 | <b>FORMAÇÃO</b>  |
|--------------------------------|--|
| Nilson Darci Lampert           | - Magistério<br>- Licenciado em História   |
| Marlise Yara Franzener Detonni | - Magistério<br>- Licenciado em Educação Física<br>- Especialização em Psicopedagogia e em Educação Especial |
| Ingrid Grieileitow             | - Magistério   |
| Mauri Gilberto Merten          | - Magistério<br>- Licenciado em Letras Português   |
| Terezinha Weimer               | - Normal Colegial<br>- Licenciada em História<br>- Especialização em Psicopedagogia                          |



PROCESSO N.º 1081/05

## DECLARAÇÃO DE VOTO

A definição quanto ao período de vigência de autorização de cursos de EJA precisa ser analisado com cautela. O artigo 34 da Deliberação CEE n.º 04/99 define que, quando a autorização para funcionamento referir-se às quatro primeiras séries ou ciclo do Ensino Fundamental ou Fase I da Educação de Jovens e Adultos, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, o ato será concedido por um período de quatro anos.

Contudo, a Deliberação CEE n.º 12/99 deu nova configuração para os cursos de EJA. A Deliberação n.º 08/00-CEE consolidou o processo de aligeiramento. O quadro comparativo abaixo ilustra as mudanças ocorridas após a aprovação de Deliberação n.º 04/99-CEE:

| Quantidade de horas-aula    | Deliberação 34 de 29/11/1984 | Deliberação 12 de 03/09/99 | Deliberação 08 de 20/12/00 |
|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Fase I                      | *1                           | 1300 horas-aula            | 1200 horas-aula            |
| Fase II                     | 2000 horas-aula              | 1900 horas-aula            | 1200 horas-aula            |
| Fase III 2º Grau/Ens. Médio | 1950 horas-aula              | 1600 horas-aula            | 1200 horas-aula            |

Deve-se concordar que os cursos de EJA passaram por mudanças significativas. A Deliberação que nivelou a carga horária em 1200 horas-aula definiu em seu Artigo 17:

“A autorização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos terá validade de 02 (dois) anos, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.”

Portanto, os Conselheiros que aprovaram a Deliberação CEE n.º 08/00 tiveram o bom senso de definir um processo de avaliação, após dois anos de execução da forma de oferta com 1200 horas-aula, para, com base na

<sup>1</sup> A Deliberação 34/84, em seu Artigo 21, definia uma duração mínima de 3320 horas-aula para o curso de 1º grau supletivo. Ocorre que os cursos eram ofertados na forma sistemática e assistemática. A forma assistemática permitia organizações outras, inclusive EAD, contudo o processo de avaliação era sempre fora do processo.





PROCESSO N.º 1081/05

avaliação, definir pela continuidade ou alteração desta oferta. Como ainda não houve esta avaliação sistemática não podemos concordar com autorização de quatro anos para nenhuma das fases em quaisquer circunstâncias. Após o processo de avaliação já propusemos na Deliberação CEE n.º 06/05 o período de quatro anos, não somente para Fase I como também para todas as fases.

É lamentável a confusão que se faz entre cursos e exames. A defesa de avaliação no processo para os cursos aligeirados tem sido um desastre e uma forma de emissão de certificados e diplomas sem lastro com o conhecimento correspondente, mas atende ao desejo de manutenção da exploração desta fatia do mercado educacional, onde se acolhe a demanda dos excluídos, que hora ou outra precisam de um papel para comprovar a escolaridade que não tiveram, para poderem disputar empregos de baixa qualificação, onde os selecionadores realizam corte escolar para facilitar o trabalho de seleção dos mais aptos ao conhecimento tácito.

Seria mais tranqüilo organizar cursos assistemáticos para quem não pode freqüentar a escola na idade apropriada, se não existissem fortes interesses mercadológicos na oferta. Quantos impérios educacionais privados foram montados com os recursos arrematados dos cursos de EJA?

A sociedade desigual em que vivemos não pode ler a Lei 9394/96 e interpretar em seu conjunto os artigos 7º, 17 e 37. Não existe na cabeça da maioria dos juízes o conceito de equidade; igualdade já é pedir muito. Precisamos da intervenção conjunta dos poderes públicos nos cursos de EJA, num projeto que garanta ensino de qualidade gratuito, senão continuaremos enganando muita gente e nos enganando quando acreditamos que fazemos nossa parte, o que é pior. Os processos aligeirados de Cursos de EJA da oferta privada tem influenciado negativamente a oferta pública de EJA e a oferta de EJA, tem influenciado negativamente, em termos de aligeiramento, encurtamento do roteiro de estudos, dos cursos regulares da oferta pública e privada.

Precisamos acordar um processo de avaliação da qualidade dos cursos de EJA e todos os atores educacionais devem se empenhar nesta tarefa. Encurtar o itinerário de formação, o que fazemos desde a Deliberação CEE n.º 08/00 não pode implicar em facilidades para quem quer ganhar dinheiro fácil com a educação.

Arnaldo Vicente  
Conselheiro